

REVISTA

DIÁLOGO EDUCACIONAL

periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional



PUCPRESS

Alfabetização histórico-crítica: construção histórica e desafios atuais

Historical-critical literacy: historical development and current challenges

Alfabetización histórico-crítica: construcción histórica y desafíos actuales

Bruna Carvalho ^[a] 

Jaú, SP, Brasil

Secretaria de Educação de Jaú

Francisco José Carvalho Mazzeu ^[b] 

Araraquara, SP, Brasil

Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Departamento de Educação

Como citar: CARVALHO, B.; MAZZEU, F. J. C. Alfabetização histórico-crítica: construção histórica e desafios atuais. *Revista Diálogo Educacional*, Curitiba, PUCPRESS, v. 26, n. 88, p. 294-314, jan./mar. 2026. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.26.088.DS12>

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar um inventário crítico da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), no período de 1985 a 2025, buscando historicizar a constituição desse campo, identificar seus principais núcleos teóricos e didático-metodológicos e explicitar os deslocamentos e contradições que marcam sua construção coletiva. Fundamentado no materialismo histórico-dialético, o estudo articula levantamento bibliográfico-documental e análise histórico-crítica, tomando a alfabetização como fenômeno histórico e socialmente determinado. O corpus analisado é composto por 103 publicações — entre teses, dissertações, livros, capítulos, artigos e trabalhos em anais — que explicitam adesão à PHC, independentemente da etapa ou modalidade de ensino. A análise evidencia que as primeiras produções, entre 1985 e 2000, encontram-se vinculadas a um grupo de pesquisa específico,

^[a] Doutora em Educação, e-mail: b.carvalho12@unesp.br

^[b] Doutor em Educação, e-mail: francisco.mazzeu@unesp.br

focado na alfabetização de jovens e adultos. A dispersão desse grupo na década de 1990 resulta em um período de baixa produção e circulação dos trabalhos, com uma retomada, a partir dos anos 2000, marcada pela crítica às concepções hegemônicas de alfabetização, especialmente o construtivismo. A partir de 2015, observa-se: maior ênfase na elaboração de fundamentos didático-metodológicos, bem como a incorporação de procedimentos e materiais didáticos adotados em países socialistas, a emergência de novos temas e a defesa da palavra como unidade nuclear do ensino da linguagem escrita. Conclui-se que, embora tenham ocorrido avanços significativos na consolidação teórica e didática da alfabetização histórico-crítica, o campo ainda enfrenta desafios relacionados à sistematização do trabalho coletivo, à elaboração metodológica e ao enfrentamento das condições históricas desfavoráveis à produção de abordagens contra hegemônicas.

Palavras-chave: Alfabetização. Pedagogia Histórico-Crítica. História da Alfabetização.

Abstract

The article aims to present a critical inventory of Brazilian academic production on literacy grounded in Historical-Critical Pedagogy (HCP) from 1985 to 2025, seeking to historicize the constitution of this field, identify its main theoretical and didactic-methodological nuclei, and explain the shifts and contradictions that shape its collective construction. Based on historical-dialectical materialism, the study combines bibliographic-documentary research with historical-critical analysis, understanding literacy as a historically and socially determined phenomenon. The corpus comprises 103 publications — including theses, dissertations, books, chapters, articles, and conference papers — that explicitly adhere to HCP, regardless of educational stage or modality. The analysis shows that the earliest works, produced between 1985 and 2000, were linked to a specific research group focused on adult and youth literacy. The group's dispersion in the 1990s resulted in a period of low production and limited circulation, followed by a renewed phase from the 2000s onward, marked by critiques of hegemonic literacy conceptions, especially constructivism. From 2015 onward, there is growing emphasis on the development of didactic-methodological foundations, the incorporation of procedures and materials used in socialist countries, the emergence of new themes, and the defense of the word as the core unit for teaching written language. The study concludes that, despite significant advances in the theoretical and didactic consolidation of historical-critical literacy, the field still faces challenges related to collective systematization, methodological elaboration, and the historical conditions that hinder counter-hegemonic pedagogical approaches.

Keywords: Literacy. Historical-Critical Pedagogy. History of Literacy.

Resumen

El artículo tiene como objetivo presentar un inventario crítico de la producción académica brasileña sobre alfabetización fundamentada en la Pedagogía Histórico-Crítica (PHC) entre 1985 y 2025, buscando historiar la constitución de este campo, identificar sus principales núcleos teóricos y didáctico-metodológicos y explicitar los desplazamientos y contradicciones que marcan su construcción colectiva. Basado en el materialismo histórico-dialéctico, el estudio articula un levantamiento bibliográfico-documental con análisis histórico-crítico, comprendiendo la alfabetización como un fenómeno histórico y socialmente determinado. El corpus está compuesto por 103 publicaciones — tesis, disertaciones, libros, capítulos, artículos y trabajos en anales — que explicitan adhesión a la PHC, independientemente de la etapa o modalidad educativa. El análisis evidencia que las primeras producciones, entre 1985 y 2000, estaban vinculadas a un grupo de investigación centrado en la alfabetización de jóvenes y adultos. La dispersión de ese grupo en la década de 1990 generó un período de baja producción y circulación, seguido de una retomada, a partir de los años 2000, marcada por críticas a las concepciones hegemónicas de alfabetización, especialmente el constructivismo. A partir de 2015, se observa mayor énfasis en la elaboración de fundamentos didáctico-metodológicos, en la incorporación de procedimientos y materiales utilizados en países socialistas, en la emergencia de nuevos temas y en la defensa de la palabra como unidad nuclear de la enseñanza de la lengua escrita. El estudio concluye que, aunque hubo avances significativos en la consolidación teórica y didáctica de la alfabetización histórico-crítica, el campo todavía enfrenta desafíos relacionados con la sistematización colectiva, la elaboración metodológica y las condiciones históricas que dificultan enfoques pedagógicos contrahegemónicos.

Palabras clave: Alfabetización. Pedagogía Histórico-Crítica. Historia de la Alfabetización.

1. Introdução

O início da elaboração crítica é a consciência daquilo que somos realmente, isto é, um “conhece-te a ti mesmo” como produto do processo histórico até hoje desenvolvido, que deixou em ti uma infinidade de traços recebidos sem benefício do inventário. Deve-se fazer, inicialmente, este inventário (Gramsci, 1978, p. 12).

Este artigo tem como objetivo apresentar um inventário crítico da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização fundamentada na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), no período de 1985 a 2025, buscando historicizar a constituição desse campo, identificar alguns dos seus principais núcleos teóricos e didático-metodológicos e explicitar deslocamentos, contradições e desafios que marcam sua construção coletiva ao longo dessas quatro décadas.

A relevância e a urgência deste estudo decorrem de três fatores articulados. Em primeiro lugar, observa-se, nas últimas décadas, um crescimento expressivo da produção sobre alfabetização na perspectiva histórico-crítica, porém com certa desarticulação dos grupos de pesquisa e veículos de publicação, o que dificulta a apreensão do movimento histórico do campo. Em segundo lugar, parte significativa da produção mais antiga sobre o tema permanece pouco acessível, por estar restrita a suportes impressos ou de circulação limitada, gerando reinícios artificiais de debates e a perda de referências fundamentais. Em terceiro lugar, a intensificação de políticas e programas de alfabetização fundamentados em concepções hegemônicas reforça a necessidade de sistematizar criticamente o acúmulo já produzido pela abordagem histórico-crítica, tanto no plano teórico quanto no didático, de modo a subsidiar novas pesquisas e a interlocução com as escolas públicas, fazendo um contraponto ao discurso dominante.

A alfabetização, compreendida nesta perspectiva, não é tomada como um problema técnico ou metodológico isolado, mas como um fenômeno histórico e socialmente determinado, cuja análise exige a apreensão de suas mediações com as políticas educacionais, com as disputas teóricas no campo pedagógico e com as condições objetivas do trabalho docente. Assim, a investigação ancora-se no materialismo histórico-dialético como método de análise, tomando a alfabetização como momento particular da formação humana e da socialização do conhecimento historicamente elaborado.

No plano teórico-pedagógico, adota-se a Pedagogia Histórico-Crítica como referencial para delimitar o objeto e interpretar as produções analisadas, em articulação com as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural, especialmente no que se refere à compreensão do desenvolvimento psíquico e da aprendizagem escolar. A opção por esse referencial decorre de seu compromisso com a centralidade do ensino, com a historicidade do conhecimento e com a função social da escola na formação da classe trabalhadora.

Do ponto de vista metodológico, realizou-se um inventário crítico da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização na perspectiva da PHC, combinando procedimentos de levantamento bibliográfico-documental e análise histórico-crítica. O corpus foi constituído por 103 publicações, entre teses, dissertações, livros, capítulos, artigos e trabalhos em anais, que explicitam adesão à Pedagogia Histórico-Crítica, independentemente da etapa ou modalidade de ensino, incluindo a Educação de Jovens e Adultos. Foram excluídos os trabalhos fundamentados exclusivamente na Psicologia Histórico-Cultural sem vinculação expressa à PHC. Ainda que Saviani (2014) e outros autores da PHC (Scalcon, 2002) enfatizem a intermediação e a convergência filosófica com essa abordagem psicológica, há um conjunto de pesquisadores que se fundamentam na escola de Vigotski, mas não explicitam a adesão a uma corrente pedagógica específica, propondo uma Didática Desenvolvimental derivada diretamente dos estudos da psicologia educacional ou defendem outras linhas como: a pedagogia libertadora de Paulo Freire e a Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos proposta por Libâneo.

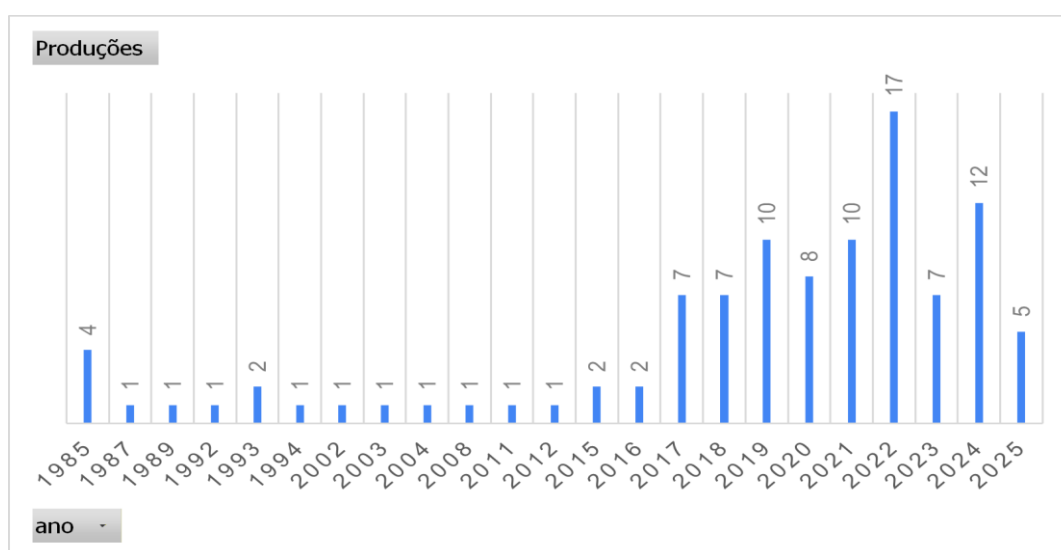
O levantamento envolveu buscas em bancos de teses e dissertações, portais de periódicos, plataformas acadêmicas (como academia.edu e researchgate) e mecanismos de busca (como google acadêmico), utilizando descritores que combinam variações do termo “alfabetização” com “histórico-crítica”. Considerando a limitada digitalização de parte da produção anterior aos anos 2000, recorreu-se também a fontes impressas, incluindo a consulta ao acervo pessoal de um dos pesquisadores, sob guarda do próprio autor, localizado em São Carlos-SP e

vinculado à Universidade Estadual Paulista (Unesp), composto por anais, capítulos e textos de circulação restrita, utilizados exclusivamente para fins de identificação bibliográfica e análise acadêmica.

A delimitação temporal 1985–2025 foi definida a partir de critérios histórico-institucionais e analíticos. A segunda metade da década de 1980 corresponde ao período de consolidação das formulações iniciais da Pedagogia Histórico-Crítica e ao surgimento de produções iniciais no campo da alfabetização, com os primeiros trabalhos do grupo coordenado por Betty Antunes de Oliveira tendo sido publicados em 1985. O recorte se estende até 2025 por abranger quatro décadas de produção, em consonância com o marco comemorativo dos 40 anos da PHC, permitindo identificar diferentes momentos do processo de constituição, interrupção, retomada e aprofundamento do debate.

Os dados quantitativos apresentados a seguir (figura 1 e tabela 1) mostram a distribuição da produção levantada por ano e o tipo de documento encontrado, ressaltando que os números se referem somente aos documentos do repositório.

Figura 1 - Quantidade de publicações, por ano de publicação, no período 1985-2005



Fonte: Elaboração dos autores.

Tabela 1 – Classificação das publicações por tipo de produção

Tipo	Quantidade
Capítulo de livro	2
Trabalho completo	2
TCC	3
Livro	5
Resumo em anais	6
Tese	13
Dissertação de mestrado	24
Artigo científico	48
TOTAL	103

Fonte: Elaboração dos autores.

A análise do *corpus* orientou-se pelas categorias da totalidade, historicidade e contradição, buscando: (a) identificar os primeiros movimentos da alfabetização histórico-crítica no período de 1985 a 2000; (b) explicitar o percurso de retomada e consolidação a partir dos anos 2000; e (c) sistematizar os núcleos teóricos e as tendências

didático-metodológicas que se afirmam nas produções mais recentes. Ao fazê-lo, o estudo pretende contribuir para a organização e a interpretação crítica de um campo em construção, oferecendo elementos para o avanço das pesquisas e para o fortalecimento de práticas alfabetizadoras orientadas pelos princípios da Pedagogia Histórico-Crítica.

1.1 Construção histórica

A construção de uma alfabetização histórico-crítica constitui um esforço coletivo sujeito às mesmas vicissitudes da elaboração dessa concepção pedagógica, com a qual possui uma relação dialética, uma vez que o desenvolvimento dos fundamentos e implicações didáticas da PHC serve de base para compreender e orientar o processo de alfabetização, ao mesmo tempo em que as reflexões sobre a especificidade desse campo podem contribuir para o debate de questões mais amplas da pedagogia. De um lado, trata-se de diferenciar essa vertente de outras concepções existentes, por meio da crítica e, de outro, de incorporar e elaborar elementos para a criação de um conjunto de formulações próprias, constituindo uma concepção de alfabetização, bem como atuar na formação de educadores e pesquisadores que adotem e desenvolvam essa concepção, de modo a torná-la cada vez mais orgânica e sistematizada. Esse processo não ocorre de forma linear e progressiva, mas implica avanços, recuos, interrupções e desvios, sobretudo por se tratar de uma abordagem contra-hegemônica, que não conta com os investimentos, a estrutura e o reconhecimento concedido às concepções dominantes.

Analisando o *corpus* levantado para este estudo foi possível identificar uma importante lacuna nas produções mais recentes sobre o tema: há pouca ou nenhuma referência aos trabalhos produzidos no período de 1980 a 2000, dando a impressão de que a elaboração de uma concepção histórico-crítica de alfabetização se inicia em meados dos anos 2000. É fato que a produção acadêmica nesse campo vai crescendo de forma exponencial a partir de 2015, como mostrado no gráfico 1. No entanto, é necessário compreender as bases dessa produção, que vão surgir em momento anterior. Também é necessário pontuar que uma parte relevante da produção acadêmica anterior aos anos 2000 não está digitalizada, o que torna o acesso mais difícil e em parte explica o desconhecimento desses textos, ao mesmo tempo em que indica a necessidade de trazer à luz os dados desse período.

2. O período de 1985 a 2000: primeiros passos e descontinuidade

Os anos de 1980 são marcados pelo processo de redemocratização do país, após 21 anos de ditadura instalada com o golpe civil-militar de 1964. A luta pelas eleições diretas e as greves operárias, em meio a forte crise econômica, abreviam o fim do regime, que, por sua vez, organiza uma “abertura lenta e gradual”. Esse contexto se reflete nos debates educacionais e no campo da alfabetização. No final da década anterior, o professor Dermeval Saviani inicia a publicação de textos que começam a delinear a PHC. Saviani passa a orientar pesquisas na Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep) e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Sua primeira orientanda a defender uma dissertação de mestrado e depois a primeira a defender uma tese de doutorado foi a professora Betty Antunes de Oliveira (1940-2024). A tese de doutorado foi publicada em 1980 com o título *O estado autoritário brasileiro e o ensino superior* e, nesse trabalho, Betty faz a crítica da política educacional do regime militar, calcada no binômio *segurança e desenvolvimento* (Oliveira, 1980). Em uma abordagem que será retomada em outros trabalhos, ela revela como o regime se apropriou de determinadas palavras como *desenvolvimento* e distorceu seu significado para atender aos interesses das classes dominantes.

A obra de Betty Oliveira no campo da alfabetização de adultos tem a particularidade de ter sido elaborada em grande parte tendo como referência as experiências práticas de ensino implementadas por meio do Programa de Educação de Adultos (PEA) na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde atuou como docente de 1972 a 1992. O grupo de estudos e pesquisas por ela coordenado nesse programa tinha como referências iniciais autores marxistas como: Gramsci, Engels, Kopnin e Mao Tsé-Tung e, no campo específico da educação de adultos e alfabetização, Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire. No livro de Vieira Pinto, *Sete lições sobre educação de adultos* (1993), o autor expõe um

conceito de alfabetização que insere esse processo no contexto mais amplo das relações de produção e da luta de classes, tendo como pressuposto a categoria marxiana de trabalho. Trata a questão do analfabetismo tendo como referência o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, que demandam dos trabalhadores que dominem ou não o sistema de escrita.

A autora também cita como referência a obra *Ciência e Existência* (1969) na qual Vieira Pinto expõe uma concepção materialista e dialética do processo de conhecimento, abordando desde sua origem nos reflexos elementares dos primeiros seres vivos até a forma mais elaborada e intencional alcançada pelo ser humano: o conhecimento científico. Saviani (2024) destaca a importância desse pensador, em texto no qual homenageia sua ex-orientanda:

Entre as várias produções acadêmicas de Betty, destaco a entrevista que fez com Álvaro Vieira Pinto, fundamental e importante filósofo brasileiro que, infelizmente, é pouco lembrado nos nossos meios intelectuais, provavelmente pela radicalidade de sua perspectiva crítica. Tendo sido figura exponencial do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi alvo da perseguição do regime militar, o que o conduziu ao exílio em setembro de 1964. Dirigiu-se primeiro à Iugoslávia, então uma República Socialista Federativa. Poliglota que era, dominava o Servo-Croata, idioma desse país onde passou um ano vivendo a amarga experiência do exílio. Em seguida, transferiu-se ao Chile, onde produziu vários trabalhos, entre eles a versão em espanhol de Sete lições sobre educação de adultos (Saviani, 2024, p. 2).

Cumprasse assinalar, de passagem, que seria muito relevante para estudos futuros fazer um resgate das possíveis contribuições de Vieira Pinto para aprofundar a compreensão de conceitos essenciais para a PHC, como: criticidade, ciência, tecnologia etc.

As experiências de alfabetização de adultos coordenadas pela professora Betty Oliveira tiveram como referência inicial as concepções e o método proposto por Paulo Freire, mas foram se distanciando dessa visão à medida que as dificuldades da prática e o avanço da elaboração da PHC foram estabelecendo uma demarcação mais clara das diferenças entre essas duas vertentes pedagógicas. A autora irá fazer uma severa crítica ao que chamou de *democratismo* e *politicismo* nos processos de ensino e aprendizagem com adultos, alertando os educadores para o risco de tentarem se contrapor ao autoritarismo vigente adotando o espontaneísmo e o não-diretívismo, ainda que adotassem um discurso pautado em palavras como: diálogo, democracia, liberdade etc. (Oliveira, 1985c, 1985d) Na alfabetização, ela aponta para o equívoco de considerar o debate sobre a palavra geradora ou tema gerador como o momento eminentemente político e libertador do processo e ressalta que assegurar o domínio da linguagem escrita já constitui um ato político por possibilitar o uso dessa forma de linguagem como instrumento de luta na prática social (Oliveira, 1985b).

Duques (2024, p. 1) realizou uma pesquisa sobre as atividades e a produção do PEA/UFSCar no período 1980-1985 e concluiu que

O trabalho congregando, inicialmente a Pedagogia Libertadora e, depois, a Pedagogia Histórico-Crítica, a despeito de qualquer divergência entre essas duas teorias, buscou a transformação da sociedade opressora, operando na perspectiva da superação da sociedade do capital, socializando os conhecimentos científicos em sua forma mais desenvolvida, como propõe a Pedagogia Histórico-Crítica.

Na mesma direção, Scalcon (2003, p. 10) destaca o pioneirismo de Betty Oliveira na construção da PHC:

Betty Oliveira orientou uma série de dissertações e teses entre os anos de 1981 e 2000 que objetivaram contribuir para a elaboração de uma teoria do trabalho educativo com base na Pedagogia Histórico-Crítica, podendo-se notar, com isso, a existência anterior de esforços voltados para o trabalho com a referida teoria pedagógica.

Escapa ao nosso propósito recuperar de modo mais sistemático as contribuições da autora para a alfabetização e, de modo mais amplo, para a PHC. Iremos apenas destacar algumas questões e reflexões que podem enriquecer os debates atuais nesse campo.

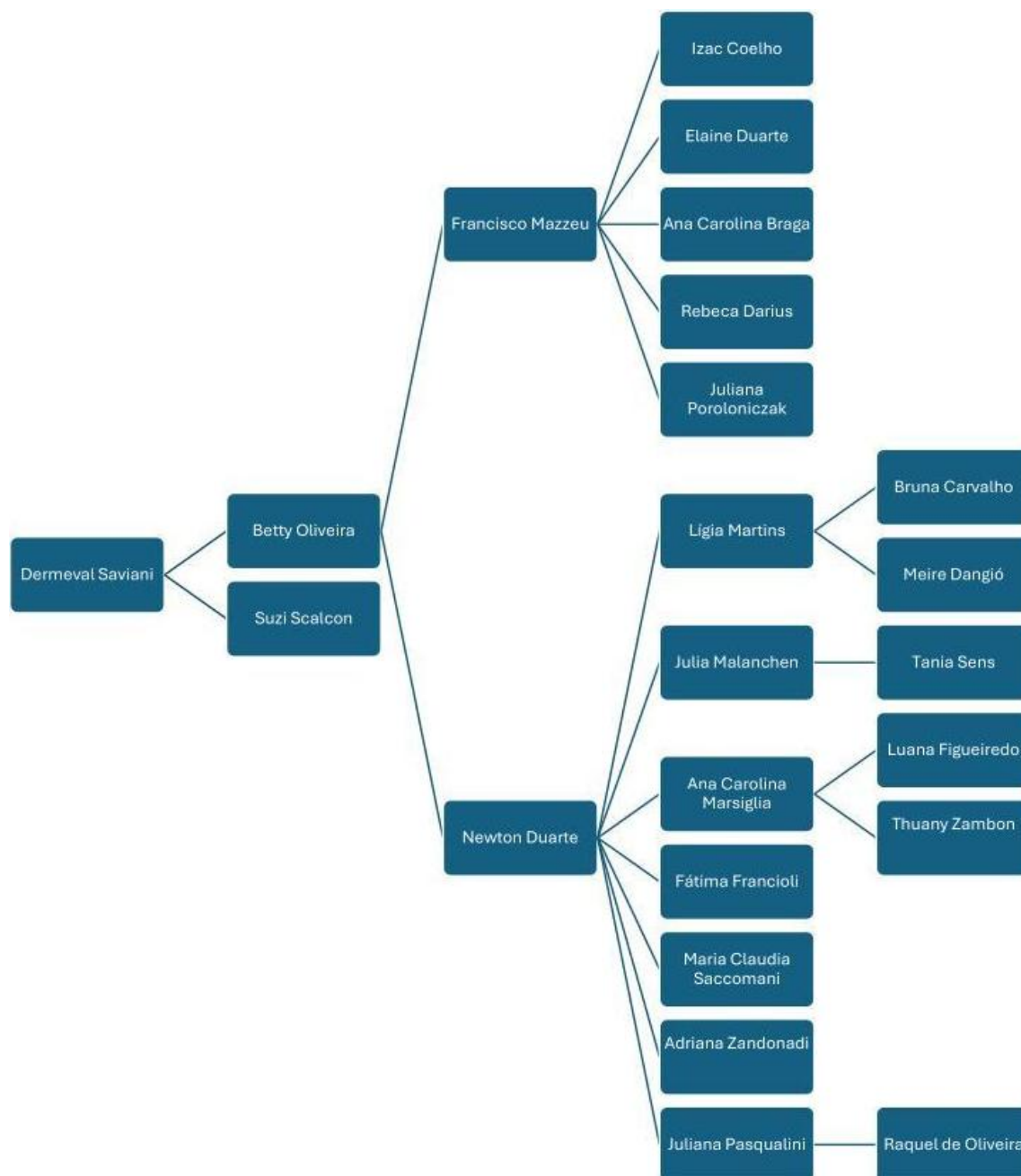
Betty, assim como Saviani, procura incorporar o marxismo como base teórica sem cair na mera reprodução de textos clássicos, mas buscando se apropriar das categorias do método do materialismo dialético e histórico para compreender a dinâmica própria dos fenômenos educacionais. Ambos vão buscar em Gramsci elementos para essa análise. Betty traz a discussão gramsciana da necessidade de formar intelectuais orgânicos da classe trabalhadora que sejam dirigentes (especialistas+políticos) para defender a indissociabilidade entre duas dimensões fundamentais do processo educativo: a técnica e a política (Oliveira, 1985a). No contexto dos anos de 1980 os pesquisadores que se opunham ao regime militar denunciavam o caráter ideológico da pedagogia tecnicista adotada pelos governos militares, bem como apontavam os mecanismos excludentes e alienantes da escola nesse contexto. Essa oposição levou alguns pensadores a verem na escola apenas um aparelho ideológico do estado e, conseqüentemente, a concentrarem seus esforços em processos informais de educação, vinculados aos movimentos sociais. Buscando superar essas abordagens, que Saviani denominou como crítico-reprodutivistas, a PHC vai defender que a socialização do saber elaborado pela escola oferece, contraditoriamente, uma instrumentalização das classes populares para atuarem de modo mais incisivo na luta de classes.

Uma das principais questões abordadas pela professora Betty em textos desse período é: para uma concepção histórico-crítica, seria suficiente alfabetizar e ensinar bem a todos os alunos, garantindo o acesso da classe trabalhadora aos conteúdos da ciência, arte e filosofia e às máximas possibilidades de desenvolvimento humano? Seus estudos sugerem que é possível ir além, organizando intencionalmente a relação entre o conteúdo e a forma como esse conhecimento é transmitido e assimilado, revendo em detalhe os procedimentos didáticos adotados em sala de aula, de modo a produzir nos alunos uma atitude crítica e transformadora, que iria se manifestar já na forma como atuam na escola (Oliveira, 1989). Nesse sentido, defende que os conteúdos escolares não estão isentos de uma dimensão ética e que os valores e objetivos dos educadores que adotam uma concepção de mundo socialista precisam se objetivar na forma como esses conteúdos são transmitidos e assimilados. Em um dos seus trabalhos exemplifica com o caso da apresentação das vogais na alfabetização, destacando a importância de desenvolver no aluno um pensamento pautado pelo movimento dialético e pela superação de dicotomias lógico-formais (Oliveira, 1985a, 1988).

Em que pese uma profícua produção acadêmica na década de 1980, especialmente a partir de 1985, a atuação da professora Betty vai mudando seu foco nos anos de 1990. Com o encerramento das atividades do PEA (por falta de apoio da universidade) e a aposentadoria em 1992, o desenvolvimento de suas reflexões no âmbito da alfabetização foi praticamente interrompido. Suas produções posteriores aprofundam a reflexão filosófica sobre a dimensão axiológica do trabalho educativo (Oliveira, 1993) entre outros temas. A professora permaneceu vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar, onde orientou trabalhos que retomaram de algum modo a experiência com os educandos adultos, como a dissertação de mestrado que abordou o tema: *O significado das técnicas de comunicação escrita e o ensino da ortografia na pós-alfabetização* (Mazzeu, 1992). O fato de terem sido encontrados tão poucos trabalhos sobre alfabetização na perspectiva da PHC durante o período de 1990 a 2000 decorre em parte dessas circunstâncias, uma vez que as elaborações iniciadas no PEA/UFSCar não tiveram uma continuidade direta nos anos seguintes. Também é importante considerar que a produção bibliográfica desse período se encontra predominantemente em meio impresso, ficando oculta dos processos de indexação e acesso na internet. Sendo assim podem existir materiais bibliográficos que ainda não foram localizados.

Embora tenha ocorrido essa descontinuidade na produção acadêmica, o principal legado desse período para a construção da alfabetização histórico-crítica foi a formação de pesquisadores como Newton Duarte e Francisco Mazzeu que atuaram e atuam na formação de professores e orientaram diversas pesquisas sobre o tema nas décadas seguintes. A figura 2 ilustra algumas dessas orientações.

Figura 2 - Diagrama de relações de orientação de alguns autores pesquisados



Fonte: Elaboração dos autores.

3. O período de 2000 a 2025: caminhando para uma alfabetização histórico-crítica

A partir dos anos 2000, a produção acadêmica sobre alfabetização na perspectiva da PHC retoma fôlego em novas bases, aprofundando a articulação entre o marxismo e a Psicologia Histórico-Cultural para consolidar fundamentos teórico-metodológicos próprios para o ensino da língua escrita. Nesse movimento, intensificam-se as críticas às políticas públicas de alfabetização e às abordagens hegemônicas, como o construtivismo e as pedagogias do

aprender a aprender, cujas limitações são analisadas à luz da categoria marxista de superação por incorporação: supera-se o anterior não pela negação absoluta, mas pela apropriação crítica dos elementos ainda válidos, integrando-os a uma síntese superior. Assim, essas críticas cumprem um papel essencial: elas abrem caminho para formulações originais que explicitem os fundamentos didáticos necessários à socialização do saber sistematizado. Esse deslocamento vai ser a marca desse período, gerando uma rica produção científica, que destaca a defesa do ensino explícito dos conteúdos indispensáveis ao domínio da leitura e da escrita como condição de emancipação e humanização, sobretudo da classe trabalhadora. Nos tópicos seguintes, sintetizam-se as principais contribuições e relações entre essas produções desde os anos 2000.

3.1 Período 2000-2015: formulações teóricas e crítica às concepções hegemônicas

A produção acadêmica sobre alfabetização na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), retomada a partir dos anos 2000, organiza-se inicialmente em torno de um esforço sistemático de crítica às concepções hegemônicas de alfabetização e de explicitação dos fundamentos teóricos necessários à construção de uma alternativa pedagógica coerente com o materialismo histórico-dialético. Trata-se de um movimento que articula, de um lado, a demarcação teórica frente ao construtivismo e às pedagogias do aprender a aprender e, de outro, a consolidação da unidade entre a PHC e a Psicologia Histórico-Cultural como base explicativa do processo de apropriação da linguagem escrita. Esse percurso não se desenvolve de forma linear, mas expressa disputas teóricas, políticas e institucionais próprias do campo educacional brasileiro.

Nos primeiros anos do período analisado, observa-se a centralidade da crítica ao construtivismo, entendido não apenas como uma abordagem metodológica, mas como uma concepção epistemológica incompatível com os pressupostos da PHC. A tese de Scalcon (2003) inaugura um conjunto de estudos que buscam demonstrar essa incompatibilidade, ao problematizar a relação entre teoria e prática e ao evidenciar que as divergências entre PHC e construtivismo dizem respeito a concepções distintas de conhecimento, ensino e desenvolvimento humano. Na mesma direção, Marsiglia (2011) aprofunda a análise ao situar o construtivismo como discurso pedagógico hegemônico nas políticas públicas de alfabetização, apontando sua vinculação histórica com o escolanovismo e sua adequação às exigências do ideário neoliberal, sobretudo no que se refere à secundarização do ensino e à responsabilização individual do aluno e do professor pelos resultados escolares.

Francioli (2012) contribui para esse debate ao analisar a relação entre os baixos resultados das avaliações nacionais e a adoção de concepções pedagógicas que esvaziam o trabalho com os conteúdos escolares. A autora defende que a unidade entre alfabetização e tomada de consciência depende da apropriação de conceitos científicos por meio de um ensino sistematizado e intencional, ao mesmo tempo em que identifica confusões teóricas em propostas curriculares que, embora se apresentem como alternativas ao construtivismo, acabam por reintroduzir elementos do aprender a aprender. Nesse conjunto de produções, a crítica cumpre a função de delimitar o campo da alfabetização histórico-crítica e de evidenciar os limites das abordagens dominantes, mas também revela seus próprios limites, ao indicar a necessidade de avançar para a elaboração de fundamentos didáticos mais consistentes.

Paralelamente a esse movimento crítico, consolida-se a compreensão de que a alfabetização histórico-crítica exige uma base psicológica compatível com a concepção pedagógica adotada. Nesse sentido, ganha centralidade a articulação entre a PHC e a Psicologia Histórico-Cultural, ambas fundamentadas no materialismo histórico-dialético. Essa articulação permite compreender a linguagem escrita como instrumento cultural cuja apropriação não se dá de forma espontânea, mas por meio de um processo de ensino mediado, sistematizado e orientado para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. As contribuições de Saviani (2018, 2021), Newton Duarte (2006) e Lígia Martins (2013) são fundamentais nesse momento, ao defenderem a centralidade do ensino de conceitos científicos como base do desenvolvimento humano, situando a alfabetização como momento particular de um

processo formativo mais amplo, vinculado ao horizonte da plena humanização dos indivíduos, na perspectiva da construção de uma sociedade sem divisão de classes.

A partir da década de 2010, intensificam-se os estudos voltados à análise de documentos oficiais e políticas públicas de alfabetização, evidenciando suas contradições internas, seu alinhamento aos interesses do capital e o caráter ideológico e reducionista que orienta tais propostas. Trabalhos como os de Leonardo (2021) e Almeida (2022) examinam documentos como PCNs (1997), BNCC (2017) e PNA (2019), evidenciando contradições internas e o predomínio de concepções hegemônicas que tendem a empobrecer o currículo e a reduzir o papel do professor. Cristofolini (2022) aprofunda essa análise ao mostrar que tais documentos reafirmam, em diferentes combinações, perspectivas construtivistas e tecnicistas, com ênfase em competências, consciência fonológica e no método fônico, ao mesmo tempo em que limitam o trabalho literário e reduzem o papel docente, compondo um projeto incompatível com a formação humanizadora preconizada pela PHC.

Na mesma direção, Franco e Martins (2021) reforçam que a Política Nacional de Alfabetização (PNA) expressa uma agenda ultraliberal, que reduz a alfabetização ao tecnicismo fônico, precariza o trabalho docente e ignora a gênese histórico-cultural da escrita. Outros estudos, como os de Matias (2019), Oliveira (2021), Garcia (2022) e Almeida (2022), analisam programas e materiais didáticos — PNAIC, NAME, Ler e Escrever, RENABE — e convergem ao indicar que tais propostas operam por meio de abordagens prescritivas, tecnicistas ou ecléticas, que não asseguram a apropriação crítica da escrita nem respondem às exigências teóricas da PHC, que requer ensino sistematizado, mediação intencional e sólida formação docente.

A análise de Queiroz (2024) reforça esse diagnóstico ao situar historicamente o problema da alfabetização no Brasil, demonstrando como abordagens hegemônicas como o neoescolanovismo, o construtivismo e o aprender a aprender contribuíram, entre as décadas de 1960 e 1990, para fragilizar o ensino sistematizado e difundir a ideia de uma aprendizagem natural do sistema da escrita. Ao defender a centralidade do ensino intencional e científico e ao discutir a incorporação crítica de procedimentos fonéticos no interior de uma concepção omnilateral de formação, o autor evidencia que o debate contemporâneo em torno da alfabetização na PHC envolve a superação por incorporação de conceitos como o de consciência fonológica.

Em síntese, as críticas às teorias, métodos, políticas e documentos hegemônicos desempenharam um papel essencial na constituição da alfabetização histórico-crítica, ao evidenciar os limites das concepções hegemônicas e revelar que tais propostas não atendem à formação da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, o acúmulo crítico abriu caminho para um deslocamento progressivo da agenda de pesquisa: a crítica, sem perder sua importância, passa a operar como pressuposto, enquanto se fortalece o desafio de elaborar encaminhamentos didático-metodológicos capazes de orientar o ensino da leitura e da escrita de forma sistemática e coerente com a unidade entre a PHC e a Psicologia Histórico-Cultural, incorporando conceitos sobre a periodização do desenvolvimento infantil, as funções psíquicas superiores e a pré-história da escrita (Luria, 2014). Esse deslocamento contribui para explicar a centralidade que a questão didática assume nas produções mais recentes. No entanto, o contraponto ao construtivismo e a incorporação de elementos da Psicologia Histórico-Cultural pode ter deixado de lado uma necessária retomada de debates do primeiro período sobre os fundamentos filosóficos e sociológicos da PHC, através de categorias como: consciência crítica, ideologia, ética e valores socialistas, entre outros.

3.2 Período 2015-2025: a didática em questão

A partir de 2015, observa-se que a produção sobre alfabetização na perspectiva da PHC, sem abandonar a crítica às concepções hegemônicas e às políticas educacionais, passa a concentrar-se de modo mais sistemático na elaboração de princípios didáticos, na seleção e organização dos conteúdos e na explicitação de encaminhamentos metodológicos para o ensino da leitura e da escrita. Esse movimento expressa um avanço na consolidação do campo,

abrindo espaço para o enfrentamento do problema da relação entre conteúdo e forma da alfabetização histórico-crítica, abordando o quê e o como ensinar nas condições concretas da escola pública.

Grande parte das produções desse período está vinculada a pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP (campus Araraquara), especialmente a partir das contribuições de Newton Duarte, Francisco José Carvalho Mazzeu, Lígia Márcia Martins e de seus orientandos de mestrado e doutorado. Contudo, como indicam levantamentos recentes (Sens, 2024), a construção da alfabetização histórico-crítica é resultado de um esforço coletivo mais amplo, envolvendo diferentes programas de pós-graduação e grupos de pesquisa.

No conjunto das produções analisadas, foi possível identificar alguns núcleos temáticos: (a) a alfabetização histórico-crítica na educação infantil; (b) o currículo, a seleção e a organização dos conteúdos e os encaminhamentos metodológicos; (c) a avaliação no processo de alfabetização; e (d) a palavra como unidade nuclear do ensino da linguagem escrita. Esses núcleos, embora procurem se articular em torno dos pressupostos gerais da PHC, não chegam a configurar ainda uma concepção didática mais completa.

No que se refere à educação infantil, as produções partem da defesa de que essa etapa constitui um momento decisivo para a criação das condições psíquicas e culturais necessárias à futura apropriação da linguagem escrita. A partir de Stemmer (2010), que inaugura o debate sobre alfabetização na educação infantil sob a perspectiva histórico-crítica, diversos estudos passam a sustentar que o ensino da linguagem escrita deve iniciar-se nessa etapa por meio de práticas intencionais e sistematizadas, orientadas pelo desenvolvimento psíquico da criança. Marsiglia e Bremenkamp (2017) criticam práticas espontaneístas, como atividades de desenho desprovidas de direção pedagógica, argumentando que tais práticas não promovem desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Saccomani (2018) reforça essa posição ao destacar que o ensino da escrita não pode restringir-se ao treino gráfico, sendo necessário desenvolver capacidades auditivas e a consciência fonológica no interior de uma proposta pedagógica organizada. Dangiό (2017) reafirma a função escolar da educação infantil ao defender que conteúdos e formas de ensino devem considerar as especificidades do desenvolvimento infantil, enquanto Carvalho (2019) contribui ao sistematizar orientações que asseguram a continuidade entre educação infantil e o primeiro ano do ensino fundamental. Outros estudos, como os de Barbosa (2021) e Posenti (2021), enfatizam a formação do leitor e os domínios psíquicos necessários ao desenvolvimento da linguagem escrita, reforçando a centralidade da mediação docente. Um avanço importante nesse núcleo temático foi a elaboração de propostas curriculares implementadas em redes municipais, tais como a de Bauru/SP e Jundiaí/SP.

No que se refere ao currículo do ensino fundamental e dos encaminhamentos didáticos dos anos iniciais dessa etapa, destaca-se a obra de Martins e Marsiglia (2015), que explicita as diferenças teórico-metodológicas entre as perspectivas construtivista e histórico-crítica e propõe quadros analíticos que articulam a pré-história da escrita às ações pedagógicas concretas. As autoras defendem a centralidade da literatura infantil e dialogam criticamente com contribuições das neurociências, procurando incorporar suas contribuições sem romper com os fundamentos do materialismo histórico-dialético. No entanto essa apropriação pode ser problemática, como alertam Mazzeu, Silva e Coutinho (Mazzeu et al., 2024).

Outras contribuições aprofundam a elaboração didática ao articular fundamentos psicológicos e linguísticos. Marsiglia e Saviani (2017) relacionam os estágios de escrita descritos por Luria às fases do desenvolvimento humano propostas por Elkonin, propondo encaminhamentos didáticos que vão do berçário aos anos iniciais do ensino fundamental. Dangiό (2017) sistematiza princípios didáticos para o ensino da língua escrita, enquanto Marsiglia e Carvalho (2017) destacam o desenvolvimento do simbolismo como capacidade psíquica basilar à apropriação da escrita. Martins et al. (2018) contribuem ao explicar a transição da escrita pictográfica para a escrita simbólica, utilizando a analogia figura-fundo para orientar o trabalho pedagógico, inicialmente centrado nas relações grafofônicas e, posteriormente, no estudo gramatical mediado por textos e linguagem oral. A tese de Dangiό, publicada posteriormente na forma de livro (Dangiό e Martins, 2018), destaca-se como uma obra central nesse período por

realizar uma sistematização teórica dos pressupostos de uma alfabetização histórico-crítica e avançar em proposições para a prática em sala de aula. As contribuições desse trabalho poderiam avançar ainda mais se houvesse uma apropriação mais crítica das categorias da linguística tradicional, que nem sempre dialogam com os pressupostos do materialismo histórico-dialético, assim como dos procedimentos didáticos adotados em países socialistas, que parecem ser tomados como modelos para a prática escolar.

No que diz respeito à organização dos conteúdos da alfabetização, Mazzeu e Francioli (2018) defendem que a alfabetização histórico-crítica exige o ensino sistemático dos conceitos científicos da língua escrita — como palavra, sílaba, fonema/letra, frase, gênero e texto — compreendidos como parte de um sistema conceitual a ser progressivamente apropriado pelos alunos, embora não cheguem a propor uma forma de abordar esses conceitos na estrutura curricular ou na prática de ensino. Carvalho (2019) avança nessa direção ao formular e exemplificar encaminhamentos didáticos para o primeiro ano do ensino fundamental, contribuindo para a transposição dos fundamentos teóricos para a prática docente. Mais recentemente, Carvalho e Martins (2024) aprofundam a análise da mobilização do pensamento e das operações racionais no processo de alfabetização, articulando os requisitos da aprendizagem da leitura e da escrita às contribuições da Psicologia Histórico-Cultural. Diferentemente do que ocorre na Educação Infantil, não foram localizadas propostas curriculares para o Ensino Fundamental baseadas na PHC e implementadas em âmbito municipal.

Outro núcleo temático importante diz respeito à avaliação no processo de alfabetização histórico-crítica. As produções convergem ao afirmar que a avaliação deve ser intencional, contínua e articulada ao desenvolvimento das funções psíquicas superiores, superando tanto a lógica classificatória quanto os limites das abordagens hegemônicas. Zambon (2019) concebe a avaliação como intervenção dialética no processo de ensino-aprendizagem, voltada à identificação do desenvolvimento real e da área de desenvolvimento iminente. Mazzeu et al. (2024) propõem instrumentos alternativos de sondagem fundamentados na Psicologia Histórico-Cultural, capazes de revelar a função cultural da escrita na formação das funções psíquicas superiores, contrapondo-se à sondagem construtivista. Carvalho (2025) aprofunda essa discussão ao formular um arcabouço avaliativo para o primeiro ano do ensino fundamental, que permite analisar como a criança mobiliza operações intelectuais complexas no ato de ler e escrever. No entanto, não foi encontrado um estudo que chegue a propor uma abordagem completa da avaliação da alfabetização, desde seus pressupostos até os instrumentos.

Por fim, consolida-se, de forma transversal aos diferentes núcleos temáticos, a defesa da palavra como unidade nuclear da alfabetização histórico-crítica. Diversos autores argumentam que a palavra, compreendida como síntese dialética entre forma fonético-grafêmica e conteúdo semântico-significativo, permite superar tanto a fragmentação dos métodos tradicionais quanto o globalismo espontaneísta. Martins e Dangió (2015) e Martins e Marsiglia (2015) inauguram esse debate, seguidos por Coelho (2016) e Coelho e Mazzeu (2016), que propõem a incorporação crítica de elementos válidos dos diferentes métodos de alfabetização, reorganizados a partir da centralidade da palavra. Franco e Martins (2021), Maria (2022) aprofundam essa perspectiva ao articular a questão da palavra como unidade nuclear da alfabetização à crítica às políticas educacionais que esvaziam o conhecimento escolar. Chraim e Pedralli (2022) reforçam que a apropriação da escrita é processo de humanização, criticam Construtivismo, Competências, método fônico da PNA e estudos de letramento, e defendem a necessidade de desfetichizar os métodos, articulando o Sistema de Escrita Alfabética a textos socialmente significativos, com a palavra como unidade organizadora, tratando a consciência fonológica como consequência de um processo totalizante e desenvolvendo a oralidade por meio de gêneros orais secundários. Esse consenso em torno da palavra como elemento central permite um avanço metodológico importante para elaboração de propostas histórico-críticas de alfabetização, mas as consequências e desdobramentos dessa proposição ainda precisam ser aprofundados.

Em síntese, o avanço dos fundamentos didático-metodológicos da alfabetização histórico-crítica ocorre de forma não linear, marcado por avanços, disputas e reelaborações. Embora se observe um significativo adensamento teórico e maior explicitação de conteúdos, princípios e procedimentos didáticos, o campo ainda revela contradições e

limites que demandam aprofundamento. Essas tensões não anulam os avanços conquistados, mas indicam a necessidade de continuidade investigativa e de maior sistematização coletiva, especialmente diante dos desafios contemporâneos colocados à educação brasileira.

3.3 Contexto atual: expansão das temáticas e persistência de lacunas

Os mapeamentos recentes da produção sobre alfabetização na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica — como o capítulo de Carvalho (2019), que analisa publicações de 2003 a 2018, e o levantamento abrangente de Sens (2024), que sistematiza teses e dissertações de 2003 a 2023 — evidenciam simultaneamente dois movimentos: (a) a consolidação de um núcleo teórico relativamente consistente e (b) a ampliação diversificada de temas, problemas e objetos de investigação. Tal expansão, contudo, ocorre de maneira desigual e nem sempre articulada às bases históricas do campo, produzindo lacunas e descontinuidades que devem ser compreendidas como expressão das contradições mais amplas da educação brasileira.

Antes de tudo, é importante reforçar que essas lacunas não derivam de fragilidades internas da PHC, mas das determinações histórico-sociais que incidem tanto sobre a prática docente quanto sobre a pesquisa universitária: precarização do trabalho, políticas educacionais fragmentadas, hegemonia de concepções escolares contrárias ao ensino sistematizado e à formação omnilateral — elementos já identificados como estruturantes do problema da alfabetização no Brasil. Nesse cenário contraditório, observa-se a emergência de novos eixos temáticos que ampliam o alcance da alfabetização histórico-crítica para além dos espaços mais estudados (educação infantil e anos iniciais). Tais eixos, ao mesmo tempo que enriquecem o campo, revelam tensões entre continuidade e dispersão das bases teóricas construídas nas décadas anteriores.

a) Alfabetização de Jovens e Adultos (EJA): retomada parcial de um campo histórico

A pesquisa de Godoy (2020) recupera criticamente as políticas de EJA e dialoga com o pensamento de Paulo Freire, propondo a superação por incorporação e defendendo o ensino intencional como mediação para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores. Contudo, embora avance em proposições didáticas e reafirme a pertinência da PHC para sujeitos trabalhadores, o estudo não estabelece diálogo com as produções pioneiras coordenadas por Betty Antunes de Oliveira nos anos 1980 e 1990 — justamente aquelas que deram origem aos primeiros esforços de sistematização da alfabetização na PHC. Essa ruptura exemplifica uma lacuna que vem sendo apontada ao longo do presente artigo: a produção contemporânea sobre alfabetização histórico-crítica se desenvolve sem recuperar parte substancial de suas raízes teóricas e práticas.

b) Educação especial, escola do campo e direito à educação: ampliação para sujeitos historicamente marginalizados

O estudo de Eloy (2020) aprofunda a relação entre alfabetização, educação especial e escola do campo, demonstrando que o domínio da leitura e da escrita é condição indispensável para o acesso ao conhecimento científico e, portanto, para processos de humanização de estudantes em contextos de vulnerabilidade social e institucional. Tais análises contribuem para situar a alfabetização histórico-crítica no interior de lutas mais amplas por direitos educacionais, reforçando que o ensino sistematizado permanece central para a formação humano-genérica — uma premissa compartilhada com autores como Martins (2013) e Saviani (2018), mencionados em outras seções deste artigo.

c) Tecnologias digitais, tecnicismo e processos de alienação

As pesquisas de Darius (2020) e Zandonadi (2021) analisam criticamente o papel das TDIC na alfabetização. Darius mostra que, quando dissociados da mediação docente, aplicativos e jogos digitais tendem a reduzir a aprendizagem ao adestramento técnico, esvaziando a historicidade da escrita enquanto tecnologia cultural. Zandonadi

aprofunda essa crítica ao demonstrar que tais recursos reforçam discursos de globalização, neotecnicismo e auto alfabetização, intensificando processos de alienação e contribuindo para o esvaziamento do saber científico nas práticas escolares. Ambos os estudos ampliam o escopo da alfabetização histórico-crítica, conectando-a às determinações do capitalismo contemporâneo e às mediações tecnológicas do trabalho escolar.

d) Alfabetização e desenvolvimento psíquico: aprofundamento das relações entre escrita, pensamento e conduta
Branquinho (2019) investiga a relação entre alfabetização e autodomínio da conduta, defendendo que a escrita — por ser um nível altamente abstrato da linguagem — desencadeia transformações no pensamento e nas funções psíquicas superiores, orientando processos de autorregulação e atividade consciente. Esse eixo temático dialoga diretamente com contribuições de Luria (2014) e Elkonin, reforçando a centralidade das mediações psicológicas no processo de apropriação da escrita.

e) Formação inicial de professores alfabetizadores: limites curriculares e disputa conceitual
Rodrigues (2022) analisa cursos de Pedagogia e demonstra que a fragilidade teórico-metodológica da formação inicial decorre da ausência dos fundamentos da PHC e da influência de concepções neoliberais de linguagem. Ao articular a PHC com a concepção discursiva bakhtiniana, a autora afirma que somente um ensino sistematizado e ancorado no conhecimento acumulado pode formar professores capazes de compreender a escrita como instrumento cultural e promover práticas intencionalmente humanizadoras.

Em conjunto, esses novos eixos temáticos revelam a vitalidade da alfabetização histórico-crítica, que se mostra capaz de responder às contradições de um cenário educacional em constante transformação. Contudo, persistem lacunas:

- a articulação entre esses novos temas e os fundamentos histórico-filosóficos da PHC nem sempre é clara;
- a produção contemporânea frequentemente ignora as contribuições do período inicial (1985–2000), o que gera reinícios artificiais e descontinuidade teórica;
- a expansão temática não tem sido acompanhada da produção de sínteses coletivas capazes de organizar metodologicamente o campo.

Assim, embora haja adensamento teórico e ampliação de objetos de investigação, o cenário atual ainda exige esforço de sistematização coletiva e recuperação histórica, para que a alfabetização histórico-crítica avance na constituição de um corpo teórico-metodológico orgânico e coerente com seus fundamentos.

4. Conclusões e desafios

O inventário crítico da produção acadêmica brasileira sobre alfabetização na perspectiva da Pedagogia Histórico-Crítica, no período de 1985 a 2025, permite afirmar que a constituição desse campo vem se dando de forma histórica, contraditória e não linear, acompanhando tanto o desenvolvimento da própria PHC quanto as disputas teóricas e políticas que atravessam a educação brasileira, em decorrência das determinações econômico-sociais de cada período. Ao contrário de uma trajetória mais cumulativa, o estudo aponta que a alfabetização histórico-crítica tem apresentado avanços, interrupções, retomadas e reelaborações, condicionadas por circunstâncias institucionais, pelas políticas educacionais vigentes e pelas condições objetivas do trabalho docente e da pesquisa em educação.

A análise evidenciou que, no período inicial (1985–2000), as reflexões sobre alfabetização aparecem fortemente vinculadas a um grupo de pesquisa com um diálogo mais intenso com a abordagem freireana da alfabetização. Nesse momento, não se observa ainda uma teoria sistematizada da alfabetização histórico-crítica, já que

os próprios fundamentos mais gerais dessa pedagogia ainda estavam sendo desenvolvidos, mas surgem ideias promissoras e são formados pesquisadores que irão atuar na estruturação do campo nas décadas posteriores. A ausência de produções, identificada nos anos de 1990, pode ser compreendida como resultado da interrupção de experiências institucionais, da retração das condições de pesquisa em decorrência das políticas neoliberais que marcam esse período. A identificação de poucos trabalhos também decorre da limitada circulação de materiais predominantemente impressos, hoje pouco acessíveis, o que sugere a busca de outros instrumentos de levantamento desses dados em pesquisas futuras.

A retomada da produção a partir dos anos 2000 ocorre em novas bases. Inicialmente, observa-se a centralidade da crítica às concepções hegemônicas de alfabetização, especialmente ao construtivismo e às pedagogias do aprender a aprender, bem como às políticas públicas que se fundamentam nessas matrizes. Essa crítica desempenha um papel decisivo na delimitação do campo, ao explicitar incompatibilidades epistemológicas e ao reafirmar a centralidade do ensino, da mediação docente intencional e do ensino sistematizado do sistema alfabético-ortográfico de escrita. Contudo, a própria análise da produção evidencia que a crítica, embora necessária, não foi suficiente para formular uma concepção de alfabetização capaz de orientar o trabalho pedagógico cotidiano, abrindo espaço para a disseminação e consolidação de outras vertentes no contexto escolar.

Esse percurso permite explicitar, com maior precisão, os desafios atuais da alfabetização histórico-crítica, compreendidos como problemas historicamente situados, que incidem sobre a consolidação do campo e sobre suas possibilidades de incidência na escola.

4.1 Desafios estruturais e político-sociais

Os desafios decisivos para a alfabetização histórico-crítica não se reduzem ao plano didático: eles se enraízam nas contradições sociais e nas condições concretas de funcionamento da escola pública. A persistência do analfabetismo absoluto e funcional, os investimentos insuficientes em políticas efetivas para a alfabetização de crianças e de jovens e adultos e a precarização do trabalho docente constituem determinações que condicionam, de modo objetivo, o alcance de qualquer proposta que exija ensino sistematizado e formação sólida. Por isso, a análise crítica das políticas contemporâneas de alfabetização não pode restringir-se ao plano das ideias: ela deve considerar o modo como programas centrados principalmente em “formação” — sem alteração das condições de trabalho e com permanência de matrizes teóricas ecléticas ou hegemônicas — tendem a administrar resultados sem enfrentar suas causas estruturais.

4.2 Desafios ideológicos e de concepção

O inventário evidencia que a PHC disputa hegemonia em um campo marcado por filosofias e teorias concorrentes, muitas vezes incompatíveis em seus fundamentos. Assim, um desafio central consiste em aprofundar e explicitar as bases marxistas que sustentam a alfabetização histórico-crítica, especialmente no que diz respeito aos fundamentos científicos e linguísticos mobilizados no debate contemporâneo. Isso implica enfrentar uma tensão real: incorporar criticamente contribuições de áreas como linguística, neurociências e a chamada “ciência da leitura” — bem como dados e problemáticas produzidos por outras vertentes — sem cair no ecletismo teórico. Nessa direção, o princípio da superação por incorporação torna-se decisivo como critério de apropriação crítica: trata-se de reordenar contribuições parciais em uma síntese coerente com a centralidade do ensino, com a historicidade do conhecimento e com o objetivo de formação omnilateral.

4.3 Desafios metodológicos (o “como fazer”) e a sistematização didática

Ainda que a produção recente revele avanço na elaboração de princípios, conteúdos e encaminhamentos, permanece o desafio de consolidar um conjunto mais articulado de orientações didático-metodológicas (não um “método único”), capaz de instrumentalizar professoras e professores alfabetizadores em condições concretas de escola pública. O inventário mostra que há consensos relevantes (ensino sistemático do sistema de escrita, mediação intencional, articulação com a Psicologia Histórico-Cultural), mas que o passo seguinte — detalhar sequências, procedimentos, materiais didáticos, critérios e instrumentos de avaliação — ainda demanda maior elaboração coletiva e circulação de experiências. Nesse processo, experiências internacionais (como as desenvolvidas em Cuba e na antiga União Soviética) podem funcionar como referência inicial, desde que tratadas como objeto de apropriação crítica e não como modelos de simples replicação.

Nesse ponto, a retomada de contribuições que enfatizam a indissociabilidade entre conhecimento e valores ajuda a explicitar um problema frequentemente subestimado: além da necessária atenção à *consciência fonológica* (adequadamente apontada por várias produções), a alfabetização histórico-crítica exige também a elaboração de mediações para desenvolver, de modo articulado, a *consciência semântica* (compreensão de significados e sentidos) e uma *consciência crítica* (posicionamento ético-político diante das palavras e textos), coerente com o horizonte formativo da PHC. Esse desafio é simultaneamente didático e axiológico: envolve seleção de conteúdos, organização do trabalho com textos e palavras, e intencionalidade formativa da prática alfabetizadora.

5. Considerações finais

Em síntese, o estudo permite afirmar que a alfabetização histórico-crítica se consolidou como um campo em expansão, com acúmulo teórico relevante e com avanços didáticos mais nítidos a partir da última década, mas ainda atravessado por desafios que decorrem das condições estruturais da escola pública, das disputas ideológicas no interior do campo pedagógico e da necessidade de maior colaboração e sistematização metodológica. Ao reconstruir historicamente esse movimento — do momento de demarcação crítica ao esforço recente de elaboração didática e de expansão temática — o estudo aqui apresentado busca contribuir para a organização e a interpretação do campo, não como ponto de chegada, mas como subsídio para aprofundar a construção coletiva de uma concepção histórico-crítica de alfabetização e sua efetivação no trabalho escolar.

Referências

- ALMEIDA, F. I. Política Nacional de Alfabetização: possíveis implicações na formação do professor alfabetizador. / Fabiani Inês de Almeida. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Campo Grande, 2022.
- BARBOSA, P. C. G. R. dos S. Práticas de leitura na educação infantil: convergências e discrepâncias na formação de leitores. 2021. 78 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2021.
- BRANQUINHO, V. W. da C. Autodomínio da conduta e ciclo de alfabetização: reflexões para a educação escolar. 2019. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente/SP, 2019.
- CARVALHO, B. Avaliação da escrita e da leitura no processo de alfabetização. Revista Caderno Pedagógico. v. 22, n. 4, p. 01-21. 2025.
- CARVALHO, B. Ensino da língua escrita no 1º ano do ensino fundamental: orientações didáticas à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. 2019. 277 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2019.

CARVALHO, B; MARTINS, L. M. Mobilização do pensamento e as operações racionais: contribuições para o processo de alfabetização. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.16, n.2, p. 138-154, ago. 2024.

COELHO, I. T. Pedagogia histórico-crítica e alfabetização: elementos para uma perspectiva histórico-crítica do ensino da leitura e da escrita. 2016. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2016.

COELHO, I. T.; MAZZEU, F. J. C. Notas introdutórias para um método histórico-crítico de alfabetização. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 11, n. esp. 4, p. 2576-2593, 2016.

CRISTOFOLINI, M. N. A alfabetização na história e nos documentos oficiais brasileiros. In: CHRAIM, A. M.; PEDRALLI, R. Alfabetização e humanização: a apropriação inicial da escrita sob bases histórico-culturais. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022, p. 70-89.

DANGIÓ, M. C. S. A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico: contribuições didáticas. 2017. 356 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2017.

DANGIÓ, M. C. S.; MARTINS, L. M. A alfabetização sob o enfoque histórico-crítico: contribuições didáticas. Campinas, SP: Autores Associados: 2018.

DUARTE, E. C. M. A alfabetização como ingresso no mundo da cultura escrita: contribuições de Antonio Gramsci para os estudos sobre alfabetização na perspectiva da pedagogia histórico-crítica. 2022. 180 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2017.

DUARTE, N. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. 4. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

DUQUES, M. L. F. Um encontro de pedagogias contra-hegemônicas na experiência de educação de adultos da UFSCar (1980). *Revista Eletrônica de Educação*, [S. l.], v. 18, n. 1, p. e6367162, 2024. DOI: 10.14244/reveduc.v18i1.6367. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/6367>. Acesso em: 16 nov. 2025.

ELOY, A. C. M. Educação especial e o direito à educação: um estudo sobre alfabetização em sala de recursos multifuncionais na escola do campo. 2020. 293 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba/SP, 2020.

FRANCIOLI, F. A. S. Contribuições da perspectiva histórico-cultural para a alfabetização nas séries iniciais do ensino. 2012. 226 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2012.

FRANCO, A. de F.; MARTINS, L. M. Palavra escrita: vida registrada em letras a alfabetização para além da Política Nacional de Alfabetização (PNA). Goiânia: Editora Phillos Academy, 2021.

GARCIA, F. B. A leitura na alfabetização: análise crítica do material “Ler e Escrever” à luz da abordagem histórico-crítica. 2022. 59 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2022.

GODOY, G. M. B. de. Alfabetização de jovens e adultos e pedagogia histórico-crítica: diálogos com o pensamento de Paulo Freire. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Faculdade de Ciências, Bauru, 2020.

GRAMSCI, A. 1978. Concepção dialética da história. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LEONARDO, A. de M. Leitura e escrita da criança: análise dos documentos oficiais para a alfabetização à luz da pedagogia histórico-crítica. Macapá, 2021. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá, 2021.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. (Orgs.). Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. 13. ed. São Paulo: Ícone, 2014, p. 143-189.

MARIA, M. de S. E. de. A alfabetização sob a perspectiva histórico-cultural – a palavra como embrião da escrita: um compromisso com a humanização dos sujeitos. 2022. 234 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

MARSIGLIA, A. C. G. Um quarto de século de construtivismo como discurso pedagógico oficial da rede estadual de ensino paulista: análise de programas e documentos da Secretaria de Estado da Educação no período de 1983 a 2008. 2011. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2011.

MARSIGLIA, A. C. G.; BREMENKAMP, A. C. S. A alfabetização na educação infantil à luz da pedagogia histórico-crítica. In: MENDONÇA, S. G. L. et al. (Org.). A questão do método e a teoria histórico-cultural. Marília, SP: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017, p. 97-111.

MARSIGLIA, A. C. G.; CARVALHO, B. Simbolismo: aquisição cultural basilar à apropriação da língua escrita. Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf. Vitória, ES. v. 1. n. 5. p. 49-68. jan./jun. 2017.

MARSIGLIA, A. C. G.; SAVIANI, D. Prática pedagógica alfabetizadora à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 22, n. 1, p. 3-13, jan./mar. 2017.

MARTINS, L. M. O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico cultural e da pedagogia histórico-crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

MARTINS, L. M.; CARVALHO, B. C.; DANGIÓ, M. C. S. O processo de alfabetização: da pré-história da escrita a escrita simbólica. Psicologia Escolar e Educacional, SP. v. 22, n. 2, mai./ago., p. 337-346. 2018.

MARTINS, L. M.; DANGIÓ, M. C. S. A concepção histórico-cultural de alfabetização. Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, n. 1, p. 210-220, jun. 2015.

MARTINS, L. M.; MARSIGLIA, A. C. G. As perspectivas construtivista e histórico-crítica sobre o desenvolvimento da escrita. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

MATIAS, J. C. As contribuições do PNAIC para a prática educacional na rede estadual de ensino de Rolim de Moura/RO: a perspectiva docente. 2019. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2019.

MAZZEU, F. J. C. Alfabetização e trabalho: múltiplas determinações. 2019. 155 f. Tese (Livre Docência em Fundamentos da Alfabetização) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2019.

MAZZEU, F. J. C. O significado das técnicas de comunicação escrita e o ensino da ortografia na pós-alfabetização. 1992. 158f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

MAZZEU, F. J. C.; FRANCIOLI, F. A. S. Os conteúdos da alfabetização: elementos para um debate curricular. Revista Espaço do Currículo (online), João Pessoa, v.11, n.2, p. 219-233, mai./ago. 2018.

MAZZEU, F. J. C.; SILVA, J. de S.; COUTINHO, L. C. S. Alfabetização e pedagogia histórico-crítica: considerações teórico-metodológicas. Germinal: marxismo e educação em debate, Salvador, v.16, n.2, p. 111-137, ago. 2024.

OLIVEIRA, B. A linguagem escrita enquanto instrumento cultural. Jornal Leia, São Paulo, ano X, n. 111, p. 41, jan. 1988.

OLIVEIRA, B. A problemática do democratismo na prática educativa com adultos. Revista ANDE, São Paulo, n. 10, p. [intervalo não informado], maio 1985c.

OLIVEIRA, B. A socialização do saber sistematizado e a dimensão política da prática especificamente pedagógica. Em Aberto, Brasília, ano 4, n. 26, p. 1-11, abr./jun. 1989.

OLIVEIRA, B. Analisando o cotidiano da prática educativa com alfabetizando adultos. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, n. 154, p. [intervalo não informado], set. 1985d.

OLIVEIRA, B. Implicações sociais inerentes ao uso dos procedimentos pedagógicos: um exemplo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 53, p. 45-52, maio de 1985a.

OLIVEIRA, B. O Estado autoritário brasileiro e o ensino superior. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1980.

OLIVEIRA, B. A prática social global como ponto de partida e de chegada da prática educativa. *Tecnologia Educacional*, Rio de Janeiro: ABT, n. 66/67, p. 6-10, mar. 1985b.

OLIVEIRA, M. M. C. de. As implicações do material estruturado NAME nas práticas de alfabetização no ensino inclusivo em Xaxim-SC. 2021. 140 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta-Grossa, Ponta Grossa/PR, 2021.

OLIVEIRA, R. E. de. O estudo na idade escolar: contribuições da psicologia histórico-cultural à prática pedagógica histórico-crítica. 2023. 218 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2023.

POSENTI, A. P. Os domínios psíquicos essenciais ao desenvolvimento da linguagem escrita: contribuições para o trabalho na pré-escola. 2021. 93 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2021.

QUEIROZ, M. A. B. As determinações históricas do problema da alfabetização no Brasil: análise, limites e superação histórica na pedagogia histórico-crítica. 2024. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2024.

RAMOS, L. A. A importância do ensino de história nos anos iniciais da educação básica: uma articulação entre ensino de história, alfabetização e pedagogia histórico-crítica. 2022. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Jacarezinho/PR, 2022.

RODRIGUES, S. A. M. A concepção de língua(gem) na formação inicial de professores no curso de pedagogia da universidade estadual de Ponta Grossa. 2022. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa/PR, 2022.

SACCOMANI, M. C. S. A importância da educação pré-escolar para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita: contribuições à luz da pedagogia histórico-crítica e da psicologia histórico-cultural. 2018. 342 f. Tese. (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2018.

SARAIVA, M. A.; COSTA-HÜBES, T. C. Pedagogia histórico crítica: um olhar para as ações do professor no ensino da linguagem escrita. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 221-232, jun. 2015.

SAVIANI, D. Escola e democracia. 43. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. Homenagem à Betty Antunes de Oliveira. *Práxis Educativa*, [S. l.], v. 19, p. 1–3, 2024. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.19.23611.067. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/23611>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SAVIANI, D. O conceito dialético de mediação na pedagogia histórico-crítica em intermediação com a psicologia histórico-cultural. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador/BA, v. 7, n. 1, p. 26–43, 2014. DOI: 10.9771/gmed.v7i1.12463. Disponível em: <https://revbaianaenferm.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12463>. Acesso em: 17 nov. 2025.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica. 12. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2021.

SCALCON, S. G. À procura da unidade psicopedagógica: articulando a Psicologia Histórico-Cultural com a Pedagogia Histórico-Crítica. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SCALCON, S. G. A teoria na prática e a prática na teoria: uma experiência histórico-crítica. 2003. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2003.

SENS, T. P. da S. Levantamento e análise das produções sobre alfabetização e pedagogia histórico-crítica (2003 a 2023). 2024. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ensino) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu/PR, 2024.

SILVA, T. P. da S. A mediação no processo de alfabetização nos primeiros anos do ensino fundamental I: uma reflexão dialético-pedagógica. 2019. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina/PR, 2019.

STEMMER, M. R. G. S. S. A educação infantil e a alfabetização. In: ARCE, A.; MARTINS, L. M. Quem tem medo de ensinar na educação infantil? Campinas, SP: Editora Alínea, 2010, p. 125-145.

VIEIRA PINTO, Á. Ciência e Existência: Problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

VIEIRA PINTO, Á. Sete lições sobre educação de adultos. Introdução e entrevista de Dermeval Saviani e Betty Antunes de Oliveira. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ZAMBON, T. R. L. Avaliação da aprendizagem da leitura e da escrita no primeiro ano do ciclo de alfabetização na perspectiva histórico-crítica. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

ZANDONADI, A. N. Contribuição ou alienação no processo de alfabetização a partir do uso de TDIC – tecnologias digitais de informação e comunicação: levantamento e análise crítica das produções acadêmicas no Brasil. 2021. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2021.

Editor Responsável: Alboni Marisa Dudeque Pianovski Vieira

Recebido/Received: 18.11.2025 / 11.18.2025

Aprovado/Approved: 24.02.2026 / 02.24.2026